

**DOCUMENTOS**  
**CNPMF N° 61**

**ISSN 0101 7411**  
**JUNHO, 1995**

**CARACTERÍSTICAS DA PEQUENA  
PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO  
NORDESTE**

**Ministério da Agricultura, do Abastecimento e reforma Agrária MAARA**  
**Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária - EMBRAPA**  
**Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical - CNPMF**  
**Cruz da Almas, Bahia.**

DOCUMENTOS  
CNPME Nº 61

ISSN 0101 7411  
JUNHO, 1995

# **CARACTERÍSTICAS DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO NORDESTE**

**Sérgio Elísio Peixoto**

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA**

EMBRAPA, 1995

EMBRAPA-CNPMPF. Documentos, 61

Exemplares desta publicação podem ser solicitados ao:

CNPMPF - Rua EMBRAPA, s/nº

Telefone: (075) 721-2120 - Telex: (075) 2074

Fax: (075) 721-1118 - Correio Eletrônico STM400-18299/EMBRAPA

Caixa Postal 007 - CEP: 44380-000 - CRUZ DAS ALMAS, BA.

Tiragem: 500 exemplares

**Comitê de Publicações:**

Mário Augusto Pinto da Cunha - Presidente:

Edna Maria Saldanha - Secretária:

Membros: Ana Lúcia Borges

Chigeru Fukuda

Domingo Haroldo R.C. Reinhardt

Jorge Luiz Loyola Dantas

Joselito da Silva Motta

Luciano da Silva Souza

Ygor da Silva Coelho

Publicado na EMBRAPA/CNPMPF

Setor de Produção Gráfica - SPG

jun./95

**PEIXOTO, S.E. Características da pequena produção agrícola no Nordeste.** Cruz das Almas, BA: EMBRAPA-CNPMPF, 1995. 17p. (EMBRAPA-CNPMPF. Documentos, 61).

Termos para indexação: Agricultura familiar; Organização social; Modernização; Política agrícola.

CDD 307.72

## APRESENTAÇÃO

A pequena produção agrícola tem-se constituído ultimamente em um dos temas de maior interesse, tanto dos estudiosos das ciências sociais e agrárias como das autoridades governamentais. Tal preocupação decorre do reconhecimento da importância desta forma de produção no conjunto da economia e que se expressa na participação da oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, quando se considere a concentração de grande parte da população nos centros urbanos, a evolução do processo inflacionário etc. Por outro lado, reconhece-se que as condições de trabalho e de vida da maioria dos pequenos produtores são ainda bastante precárias, tomando-os vulneráveis às adversidades do meio em que vivem e produzem. Destacam-se, neste particular, o problema da posse e do uso da terra, a comercialização da produção, o reduzido nível de organização política, dentre outros fatores que se constituem em fortes restrições sociais e econômicas à melhoria de suas condições de vida.

As ações até então desenvolvidas pelo Estado, no sentido de proporcionar um maior apoio aos produtores, não foram suficientes para alterar o atual quadro. Em que pese a utilização de variados instrumentos de política agrícola como regularização fundiária, crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, cooperativismo etc., permanecem ainda elevados os índices de pobreza da população rural, mais especificamente dos pequenos produtores.

Um dos fatores que tem limitado a eficiência dos programas governamentais voltados para a pequena produção tem sido o desconhecimento de suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais. A pequena produção é tradicionalmente compreendida como uma atividade empresarial de tamanho reduzido, sendo-lhe, portanto, perfeitamente aplicável os mesmos instrumentos de política agrícola, utilizados em benefício dos grandes produtores. Desse modo, perde-se de vista as características que a diferenciam de outros segmentos do setor agrícola, e que também indicam a necessidade de políticas adaptadas às condições em que se processam suas atividades produtivas.

Deve-se considerar, ainda, que a pequena produção não se configura como um setor homogêneo, apresentando diferenciações internas, bem como, variando algumas de suas características de região para região. Assim é que se observa no Nordeste a predominância de pequenos estabelecimentos onde é praticada uma agricultura de subsistência, enquanto no Sul do país parte das pequenas propriedades possui um nível de capitalização mais elevado, utilizando tecnologias modernas.

No presente trabalho, pretende-se analisar as características gerais da pequena produção agrícola no Nordeste. A um quadro conceitual básico que possa contribuir para a realização de levantamentos que visem à caracterização das atividades sociais e produtivas desse segmento de modo a obter-se uma fundamentação mais adequada dos programas e projetos de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural que tenham como objetivo o desenvolvimento dos pequenos produtores.

## SUMÁRIO

	Pág.
1. O PROCESSO PRODUTIVO.....	7
2. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	13

# CARACTERÍSTICAS DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO NORDESTE\*

Sérgio Elísio Peixoto\*\*

## 1. PROCESSO PRODUTIVO

No Nordeste do Brasil, a pequena produção é representada, de modo geral, pelo conjunto de atividades agropecuárias, extrativistas e artesanais, desenvolvidas com o objetivo primordial de assegurar a subsistência de produtores rurais. O processo produtivo baseia-se mais intensivamente no fator trabalho, o qual é suprido, na maioria das vezes, pelo grupo familiar. Dispondo de escassos recursos de terra e de capital, os pequenos produtores têm na intensificação do fator trabalho o principal instrumento de sua estratégia de subsistência. Daí a importância do grupo familiar para o desenvolvimento das atividades produtivas.

Compreende-se como grupo familiar o conjunto de indivíduos ligados por um sistema de relações sociais que, baseado no parentesco, orienta as atividades sociais e produtivas na pequena produção. A partir da posição ocupada através de cada indivíduo no grupo familiar é que se estruturam o sistema de decisões, a organização da produção e se definem os papéis sociais e produtivos. Portanto, pesa consideravelmente nas decisões sobre o processo produtivo o tamanho do grupo e a sua composição por sexo e idade. O grau de instrução, reconhecidamente baixo, constitui um elemento importante para a compreensão das relações com

---

\* Este trabalho é uma versão reformulada de um texto elaborado em 1985, para fins de discussão técnica.

\*\* Sociólogo, M.Sc., EMBRAPA/EBDA.

outros grupos, bem como das possibilidades de acesso às instituições sociais.

O maior problema dos pequenos produtores é o acesso à terra e às condições de sua utilização. Concentrados em estabelecimentos agrícolas de até 100 hectares, ocupam terras pouco férteis, não raro insuficientes para o atendimento das necessidades do grupo familiar. A relação com a terra assume formas heterogêneas como a pequena propriedade, a parceria, o arrendamento e a posse. As relações de trabalho decorrentes dessas situações refletem a desigualdade da distribuição dos recursos fundiários, bem como a acentuada assimetria de poder entre pequenos produtores e outros grupos sociais. Existem produtores que desenvolvem suas atividades em terras alheias, mediante autorização por contrato, escrito ou verbal, a exemplo da parceria e o arrendamento. Embora não detenham a posse da terra, não se encontram definitivamente apartados dos meios de produção, já que a exploram com instrumentos de trabalho próprios. Isto lhes permite participação do sistema produtivo como produtores autônomos. Porém, tal autonomia manifesta-se, na prática, de maneira parcial e dependente dos interesses de outros grupos. Não dispondo de terras, o pequeno produtor vê-se obrigado a associar-se a outros agentes econômicos, sob condições, via de regra, desvantajosas. Estes agentes, apesar de proprietários dos meios de produção, não reúnem condições suficientes para desenvolver, de modo individual e lucrativo, uma exploração agropecuária. Recorrem, então, a formas de organização de produção em que a cessão ou o aluguel da terra representa, sob determinadas condições contratuais, o meio de reverter a seu favor a tomada de decisões. Isto implica em controle sobre a participação de cada agente no processo produtivo e, sobretudo, na destinação final do produto. Desse modo, recai sobre o pequeno produtor o ônus maior quanto às atividades produtivas e um ganho reduzido com a produção obtida.

As técnicas utilizadas no processo produtivo são em grande parte rudimentares, baseadas no saber empírico e transmitidas de geração a geração. O conhecimento adquirido e acumulado origina-se da relação homem/natureza, através da qual se buscam os meios de atender às necessidades básicas do grupo familiar. Tal relação, contudo, desenvolve-se

e reproduz-se em um quadro histórico onde a pequena produção ocupa uma posição dependente dos interesses de outros grupos sociais. Assim, os conhecimentos disponíveis e utilizados refletem as relações de poder existentes. Por outro lado, representam possivelmente a melhor combinação que o produtor faz dos escassos recursos ao seu alcance, dentro das limitações que lhe são impostas.

Colocados à margem do processo de crescimento econômico, os pequenos produtores não estão em condições de incorporar às tecnologias modernas, geradas para uma agricultura empresarial, haja vista as restrições com que se deparam no processo produtivo, tais como falta de terra, insuficiência de capital, instabilidade dos preços agrícolas etc. Os conhecimentos gerados na pequena produção com base em um processo de tentativa e erro, cujo aperfeiçoamento deve-se à observação empírica efetuada no decorrer das atividades produtivas, ganham, pois, um significado racional, na medida em que estão vinculados a sua estratégia de subsistência indispensável à sua reprodução social.

A tecnologia moderna, produzida com o objetivo de permitir a reprodução ampliada do capital, mostra-se inadequada às condições em que se realiza a pequena produção. Ainda que criadas algumas condições para sua aceitação, a difusão dessa tecnologia poderia resultar em transformações complexas nos sistemas de produção, induzindo o produtor à especialização em determinados produtos, acarretando encargos que tenderiam a beneficiar outros agentes da produção, tais como fornecedores de insumos e de equipamentos. O pequeno produtor, embora incorporado à economia monetária, transformar-se-ia em um "proletário disfarçado". O endividamento requerido para financiar essas inovações o tornaria mais vulnerável as irregularidades climáticas e de mercado, pois uma frustração de safra ou uma baixa acentuada de preços, ao inviabilizar a reposição do crédito, poderia levá-lo, concretamente, à proletarização. Talvez seja correto conceber-se que tecnologias geradas a partir do conhecimento das condições sociais em que se desenvolve a pequena produção possam contribuir para o seu fortalecimento ou mesmo favorecer sua assimilação a uma economia de mercado. Neste último caso, contudo, tal hipótese seria limitada a um menor número de produtores, cujos estabelecimentos

**possuíssem** uma extensão capaz de absorver de modo rentável tais **inovações**.

As culturas mais exploradas pelos pequenos produtores destinam-se à produção de alimentos, como feijão, milho, arroz e mandioca. Tais produtores exploram também culturas relacionadas com a produção de matérias primas industriais, como algodão, cana-de-açúcar e mamona.

As criações, em grande parte, são de animais de pequeno porte como aves, suínos e caprinos. Observa-se, também, a criação de bovinos ainda que em número reduzido. A exploração da pecuária na pequena produção cumpre diversas finalidades. Serve como reserva de alimentos tanto para períodos críticos como para épocas de festejos. Os animais de maior porte são aproveitados para a tração animal. A produção de leite e a de ovos podem ser utilizadas para o consumo do grupo familiar, comercializadas como bens "in natura", ou como bens transformados industrialmente, como o queijo e o requeijão.

O sistema de cultivo predominante é o do consórcio, que assegura um maior aproveitamento do solo e atenua as perdas decorrentes da maior suscetibilidade de algumas culturas às irregularidades climáticas. De acordo com os recursos naturais disponíveis no estabelecimento são desenvolvidas outras atividades, como a fabricação de tijolos, carvão e um pequeno artesanato. A existência de recursos hídricos condiciona fortemente a organização das atividades produtivas em cada estabelecimento.

A utilização da força de trabalho no processo produtivo, expressa no tempo dedicado à agropecuária e a outras atividades, relaciona-se, por conseguinte, com o tamanho dos estabelecimentos e os recursos naturais neles existentes. É certo que o aproveitamento total ou parcial da área dos estabelecimentos depende dos meios disponíveis para sua exploração. Em alguns casos, mesmo contando com um grupo familiar numeroso, o produtor é obrigado a assalariar trabalhadores, uns, em caráter permanente, e, outros, em caráter temporário, principalmente por ocasião das colheitas.

A composição da renda do pequeno produtor está relacionada com o conjunto de atividades que ele exerce. Conforme cada situação, **podem** fazer parte dessa renda os recursos obtidos com a venda dos produtos agropecuários, do artesanato, de atividades industriais e extrativas. Outra parte da renda pode ser identificada na venda da força de trabalho, em determinados períodos do ano, em outras propriedades. É geralmente encarada como uma forma de complementação de renda principal obtida na exploração agropecuária, considerada insuficiente para atender às necessidades do grupo familiar. Recentemente, um outro elemento agregase, mesmo que temporariamente, à renda do pequeno produtor: a remuneração dos serviços prestados nas frentes de emergência, criadas nos momentos mais críticos das secas.

A obtenção da renda está ligada, principalmente, à comercialização do excedente, produzido na agropecuária. Considerando-se que a noção de excedente refere-se à quantidade de bens produzidos que excede as necessidades básicas de consumo do grupo familiar, é possível admitir-se que a utilização desse conceito com relação à pequena produção seja questionável. Não se pode negar que, em algumas regiões, mormente aquelas mais desenvolvidas, a ocorrência de condições conjunturalmente favoráveis à produção possa gerar um excedente comercializável. Na maioria dos casos, porém, a acentuada situação de pauperismo dos pequenos produtores leva a crer que a parcela de produção destinada ao mercado é subtraída ao consumo do grupo familiar para possibilitar a aquisição de outros bens, não produzidos em seus estabelecimentos.

A comercialização dos “excedentes” se dá, na maioria das vezes, em condições desvantajosas para os pequenos produtores. Tendo os seus estabelecimentos geralmente situados em áreas distantes dos mercados consumidores, não possuindo veículos para o transporte da produção e não sendo compensador o pagamento de fretes, comercializam seus produtos no próprio estabelecimento. Os compradores são comerciantes ou então grandes e médios produtores que também desenvolvem atividades comerciais. Sua função é a de coletar a produção atomizada de muitos

produtores, encaminhando-a para os mercados consumidores. Nessas condições, os pequenos produtores, em sua maioria, são obrigados a negociar sua produção a preços inferiores àqueles que poderiam obter no mercado, na época da safra, pois, além de necessitarem de recursos para o atendimento de suas necessidades imediatas, não dispõem de uma adequada estrutura de armazenamento.

Pelo exposto, pode-se observar que as restrições à capitalização dos pequenos produtores se manifestam tanto na esfera da produção como na da comercialização. Acrescenta-se a isto a dificuldade de acesso às instituições governamentais que, no meio rural, têm como objetivo promover o desenvolvimento da agropecuária através dos serviços de crédito, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, regularização fundiária etc. O direcionamento da maior parte desses serviços para as grandes propriedades e produtos voltados à exportação, bem como sua concentração nas regiões de maior crescimento econômico do país, evidencia uma opção pelo desenvolvimento de uma agricultura empresarial. As políticas voltadas para a pequena produção são limitadas pela disponibilidade de recursos e pela falta de conhecimentos sobre a realidade agroecológica, sócio-econômica e tecnológica, o que decerto contribui para reduzir a eficiência dos órgãos encarregados de sua execução.

O atendimento das necessidades do grupo familiar é feito, basicamente, através do consumo de parte dos alimentos produzidos no estabelecimento. Outros bens necessários ao grupo familiar, mas não produzidos no estabelecimento, tais como vestuário, instrumentos de trabalho etc. são adquiridos com os recursos obtidos com a venda de parte da produção e com atividades realizadas fora do estabelecimento. Estes bens são adquiridos de acordo com os recursos disponíveis e com uma hierarquização das necessidades do grupo familiar. Os locais onde se processa sua aquisição podem ser vilas, feiras livres ou mesmo o comércio das cidades, o que se constitui em um indicador da importância e da extensão dos contatos mantidos entre os pequenos produtores e grupos urbanos.

## 2. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

De modo geral, as relações dos pequenos produtores com outros grupos baseiam-se na percepção de seus problemas e das possíveis alternativas para sua solução. A interação com estes grupos, efetuada através de relações de poder assimétricas, reflete estratégias de subsistência utilizadas para assegurar sua reprodução social. Isto pode ser observado nos sistemas de troca, crédito informal, prestação de serviços e lealdades pessoais e políticas, caracterizando um relacionamento dependente. Por outro lado, os pequenos produtores revelam uma baixa capacidade de organização e de participação nas associações existentes, a exemplo dos sindicatos e cooperativas, que poderiam encaminhar soluções para seus problemas. Neste particular, o Estado é visto como uma instituição que, arbitrando a distribuição de recursos na sociedade, poderia resolver alguns desses problemas. No entanto, a intervenção do Estado, através dos órgãos executores das políticas governamentais, tem geralmente se caracterizado como uma ação indutora de mudanças sociais e econômicas preestabelecidas, reduzindo ou mesmo inviabilizando a participação dos pequenos produtores como sujeitos dessas ações.

O espaço em que se evidenciam os problemas que afetam as condições materiais e sociais de existência dos pequenos produtores é a comunidade rural. Esta é compreendida como o espaço territorial onde se estruturam e se desenvolvem, predominantemente, as relações sociais de caráter primário, e, em menor escala, as de caráter secundário dos pequenos produtores entre si e com outros grupos sociais. A comunidade não é uma organização social homogênea, não-estratificada e destituída de conflitos. Pelo contrário, representa o espaço onde interagem grupos sociais que se distinguem pela apropriação diferencial dos recursos existentes na sociedade, ocupam posições diferentes no sistema produtivo e instituem relações sociais e políticas com base nos seus interesses.

A organização das comunidades rurais não obedece a um padrão regular de ocupação e distribuição da população em determinado território. As condições históricas de povoamento, de organização da produção e do desenvolvimento das relações entre os diversos grupos sociais, embora se

processem de modo a reproduzir as relações de poder existentes na sociedade, não implicam, necessariamente, determinação de um tipo único de comunidade. Isto pode ser observado através de diferentes formas de agrupamento da população rural, como a comunidade representada pela fazenda, abrigando em seu interior famílias de pequenos produtores e tendo em seu redor pequenos estabelecimentos agrícolas; a comunidade representada por vilas ou povoados que também tem em sua proximidade pequenos estabelecimentos agrícolas, e áreas onde se concentra com relativa proximidade um grande número de pequenos produtores. Existem, ainda, áreas que apresentam uma significativa dispersão dos estabelecimentos, o que leva a crer que os contatos sociais sejam mantidos com uma frequência muito reduzida.

Embora com diferentes formas de organização social, no contexto comunitário é que se desenvolvem as funções socializatórias mais amplas - a educacional, a cultural e a política - cuja intensidade e conteúdo estão relacionados com as condições sociais e econômicas presentes em cada situação específica. Assim é que a presença de serviços educacionais, administrativos, de saúde e comunicação corresponde a um estágio de crescimento econômico mais adiantado, condicionando o desenvolvimento de relações impessoais entre indivíduos e grupos sociais. Por outro lado, quando tais serviços inexistem e se constata o predomínio da família e da igreja na realização dessas funções, configura-se uma situação tradicional, onde prevalecem as relações pessoais entre indivíduos e grupos. No primeiro caso, as agências socializadoras tendem a imprimir orientações de conduta baseadas em valores predominantemente urbanos; no segundo, tendem a preservar orientações de conduta personalizadas.

Nas comunidades rurais, as relações sociais desenvolvidas entre indivíduos e grupos também dão origem a associações. Por estas entende-se o conjunto de indivíduos que se reúnem em torno da realização de um objetivo de interesse comum, seja produtivo, religioso, cultural ou político. As associações podem basear-se tanto em processos informais, a exemplo do mutirão que se constitui em uma forma de ajuda mútua das mais difundidas no campo, como em processos mais estruturados para a defesa dos interesses e a organização dos pequenos produtores frente a outros

grupos, a exemplo das cooperativas. Em função dos objetivos a serem alcançados, as associações tendem a desenvolver um grau mais elevado de formalização de suas atividades, recorrendo a técnicas de planejamento e gerência.

A reduzida participação dos produtores nas poucas associações existentes nas áreas rurais, associada em grande parte à ineficiência dessas entidades, é um indicador do seu baixo nível de organização. Por outro lado, a realização de programas de desenvolvimento comunitário tem revelado que a participação dos produtores na identificação e hierarquização dos problemas existentes na comunidade torna-se fundamental para o alcance dos objetivos almejados. É a partir deste diagnóstico que a comunidade é efetivamente mobilizada e envolvida nesse processo, deixando de ser o objeto de uma ação para se tornar o sujeito dela. Sua participação não só contribui para a legitimação das mudanças propostas e do compromisso para sua realização, como permite que a definição das ações a serem desenvolvidas e dos meios disponíveis à sua execução seja compatível com suas reais necessidades.

Os problemas relativos à pequena produção, contudo, não podem ser limitados apenas ao âmbito das comunidades. Sua ocorrência está relacionada a um contexto social mais amplo, representado pelo município e pela região, que se constituem em unidades políticas e administrativas, através das quais se estrutura e se organiza o processo de intervenção do Estado e de grupos privados que visam ao controle das atividades econômicas e sociais das áreas rurais. A disponibilidade de recursos naturais, o tamanho e a distribuição da população, o estágio de crescimento econômico alcançado, além da presença de órgãos públicos estaduais e federais conferem ao município uma singular importância, desde que lhe compete a administração dos recursos gerados em seu território, reconhecidamente escassos e disputados pelos diversos grupos sociais, para os quais sua utilização constitui-se em fonte de poder e de riqueza. Por sua vez, as regiões caracterizam-se como unidades territoriais que, dentro de um Estado, integram um conjunto de municípios localizados em áreas que apresentam relativa homogeneidade de recursos naturais, embora a

definição dos limites de uma região obedeça, muitas vezes, a critérios políticos e a interesses econômicos e não à referida homogeneidade.

A compreensão do quadro social e econômico atual dos municípios e regiões requer a análise de sua evolução histórica, da constituição dos seus principais centros urbanos, da formação da estrutura agrária, da organização das atividades produtivas etc. O tamanho e a distribuição da população, sua participação no processo produtivo, os investimentos realizados, a concentração de instituições públicas e privadas são também indicadores importantes para o conhecimento de seus problemas e das possibilidades de implementação de mudanças.

#### REFERÊNCIAS

- CASTRO, A.; LESSA, C. **Introdução à economia: uma abordagem estruturalista**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1972. 162p.
- CARVALHO, I.M.M.; HAGUETTE, T.M.F. **Trabalho e condições de vida no Nordeste brasileiro**. São Paulo, SP: HUCITEC/CNPq, 1984. 293p.
- GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1982. 154p.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro, RJ: ZAHAR. 1969. 318p.
- LINHARES, M.Y.; SILVA, F.C.T. **História da agricultura brasileira combates e controvérsias**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981. 170p.
- PINSKI, J. **Capital e trabalho no campo**. São Paulo, SP: HICITEC, 1977. 146p.
- PROJETO NORDESTE (Salvador-BA). **Programa de apoio ao pequeno produtor rural no Nordeste**. Salvador, BA: 1983. 2v.

SA JÚNIOR, F. O desenvolvimento da agricultura nordestina e as funções das atividades de subsistência. In: CEBRAP (São Paulo, SP). **Seleções CEBRAP 1**, São Paulo, SP: Brasiliense, 1975. p.79-134.

SILVA, J.G. **O que é questão agrária**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981. 108p. (Coleção Primeiros Passos, 18).

SZMRECSANYI, T.: QUEDA, O. **Vida rural e mudança social**. São Paulo, SP: Nacional, 1973. 239p.